



Towers Watson (Portugal) Unipessoal Limitada

## **Relatório e Contas 2014**

(valores expressos em euros)



# Índice

<b>A Empresa</b> .....	<b>4</b>
<b>Relatório de Gestão</b> .....	<b>6</b>
<i>Atividade Global da Towers Watson</i> .....	6
<i>Evolução da Empresa e Análise do Exercício</i> .....	6
<i>Perspetivas para o Próximo Exercício</i> .....	7
<i>Proposta de Aplicação de Resultados</i> .....	7
<b>Balanço – Ativo</b> .....	<b>8</b>
<b>Balanço – Passivo e Capital Próprio</b> .....	<b>9</b>
<b>Demonstração dos Resultados por Naturezas</b> .....	<b>10</b>
<b>Demonstração das Alterações no Capital Próprio</b> .....	<b>11</b>
<b>Demonstração de Fluxos de Caixa</b> .....	<b>12</b>
<b>Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados</b> .....	<b>13</b>
1. <i>Nota introdutória</i> .....	13
2. <i>Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras</i> .....	13
3. <i>Principais políticas contabilísticas</i> .....	13
3.1 <i>Bases de apresentação</i> .....	13
3.2 <i>Ativos fixos tangíveis</i> .....	14
3.3 <i>Ativos e passivos financeiros</i> .....	14
3.4 <i>Locações</i> .....	15
3.5 <i>Rédito</i> .....	16
3.6 <i>Imposto sobre o rendimento</i> .....	16
3.7 <i>Transações e saldos em moeda estrangeira</i> .....	16
3.8 <i>Provisões</i> .....	17
3.9 <i>Benefícios pós-emprego</i> .....	17
3.10 <i>Especialização de exercícios</i> .....	17
3.11 <i>Acontecimentos subsequentes</i> .....	17
3.12 <i>Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas</i> .....	18
4. <i>Fluxos de caixa</i> .....	18
5. <i>Ativos fixos tangíveis</i> .....	19
6. <i>Locações</i> .....	20
7. <i>Clientes</i> .....	21
8. <i>Impostos sobre o rendimento</i> .....	21
9. <i>Acionistas/Sócios</i> .....	23
10. <i>Outras contas a receber</i> .....	23
11. <i>Diferimentos ativos</i> .....	23
12. <i>Instrumentos de capital próprio</i> .....	23

re  
f

13.	<i>Passivos financeiros</i> .....	24
14.	<i>Estado e outros entes públicos</i> .....	24
15.	<i>Outras contas a pagar</i> .....	25
16.	<i>Vendas e serviços prestados</i> .....	25
17.	<i>Fornecimentos e serviços externos</i> .....	26
18.	<i>Gastos com o pessoal</i> .....	26
19.	<i>Amortizações</i> .....	27
20.	<i>Outros gastos e perdas e outros rendimentos e ganhos</i> .....	27
21.	<i>Juros e rendimentos similares obtidos</i> .....	28
22.	<i>Partes relacionadas</i> .....	28
23.	<i>Divulgações exigidas por diplomas legais</i> .....	29
24.	<i>Informações exigidas por diplomas legais</i> .....	29

*Handwritten initials and signature*

Esta página foi deixada em branco intencionalmente



## A Empresa

O Grupo Towers Watson, assim denominado, foi formado em 4 de janeiro de 2010 resultado da fusão do Grupo Watson Wyatt com o Grupo Towers Perrin.

A Towers Watson é uma empresa líder global de serviços profissionais que ajudam as organizações a melhorar o desempenho a nível do capital humano, riscos e gestão financeira. Com mais de 16.000 associados em todo o mundo, oferece serviços de consultoria, tecnologia e soluções nas áreas de benefícios para empregados, gestão de talentos, remuneração, gestão de riscos e de capital.

Com a fusão em janeiro de 2010, a empresa portuguesa apenas alterou a sua denominação para Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada, doravante TW(P), uma vez que em Portugal, apenas existia uma empresa do Grupo.

A Towers Watson exerce em Portugal a atividade de consultoria especializada nas áreas de recursos humanos e financeiros, nomeadamente estratégias de investimento, consultoria para seguradoras e fundos de pensões, soluções tecnológicas e benefícios laborais (incluindo avaliações e reportes), estratégias de capital humano e mediação de seguros e de fundos de pensões.

A Towers Watson focaliza-se em proporcionar aos seus clientes informação que permite a tomada de decisões certas e as ações apropriadas. A abordagem seguida fundamenta-se na perspetiva que resulta da experiência de trabalho com uma grande diversidade de questões.

Importa referir, que o ano fiscal da TW(P) não é coincidente com o ano civil sendo que, o exercício fiscal de 2014, compreende o período de 1 de julho de 2014 a 30 de junho de 2015.

*Handwritten marks:*  
A circled 'E' with a horizontal line through it.  
A stylized signature or symbol resembling a lowercase 'f' or 'z' with a vertical line extending upwards.

Esta página foi deixada em branco intencionalmente



## Relatório de Gestão

### Atividade Global da Towers Watson

Este ano registou-se um aumento significativo dos nossos proveitos em quase todas as regiões e segmentos, mantendo-se assim o sólido desempenho da empresa num ambiente económico que continua ainda a apresentar alguma instabilidade. Face ao ano anterior, os proveitos globais do Grupo Towers Watson cresceram cerca de 5%.

O ano fiscal de 2014 foi um ano de crescimento e progresso para a nossa estratégia TW 2020. Internacionalmente expandimos as nossas capacidades e conhecimentos com as aquisições da Saville Consulting e da Acclaris. Organicamente tivemos um crescimento através de várias ofertas integradas de soluções, o lançamento de soluções globais de Benefícios e Saúde e o foco contínuo em soluções tecnológicas. Simultaneamente, fizemos progressos significativos para alcançar a nossa meta de 100 milhões USD no que diz respeito aos nossos esforços de melhoria contínua e na implementação do Workplace 2020 em alguns escritórios.

Internacionalmente, a empresa teve um forte final de ano, assinalado por alguns marcos significativos. Alcançámos resultados trimestrais recordes, devido essencialmente ao reforço da nossa oferta de produtos com as aquisições da Acclaris e da Saville e ao forte crescimento da nossa plataforma OneExchange.

A 30 de junho de 2015, a Towers Watson e o Grupo Willis anunciaram que foi acordada uma fusão de iguais entre as entidades, criando assim uma empresa global de consultoria, corretagem e soluções. A empresa denominar-se-á Willis Towers Watson. A transação está sujeita à aprovação dos acionistas de ambas as empresas, bem como a aprovações regulatórias e à satisfação de outras condições usuais neste tipo de situações. Até que a transação seja concluída, todas as entidades Towers Watson continuarão a operar como empresas independentes.

### Evolução da Empresa e Análise do Exercício

O volume de negócios da empresa aumentou cerca de 32% face ao ano fiscal anterior, justificado essencialmente pelo aumento de trabalho na equipa do European Valuation Centre.

Relativamente ao exercício fiscal em análise, o volume de negócios atingiu o valor de 10.367.198 Euros, tendo-se verificado um aumento significativo nas exportações de serviços.

No que diz respeito aos gastos, há a referir o valor de 4.882.278 Euros relativo aos gastos com o pessoal, dos quais 3.654.582 Euros são referentes a remunerações. Relativamente aos fornecimentos e serviços externos foram contabilizados 2.209.736 Euros, compostos, essencialmente, por trabalhos especializados e rendas/alugueres (escritório, automóveis e equipamentos).

Os outros gastos e perdas, no montante de 115.396 Euros, são referentes, na sua maioria, a investimentos não financeiros.

O resultado líquido do exercício atingiu um montante de 2.517.382 Euros no ano fiscal findo a 30 de junho de 2015.



Am  
⊕

## Perspetivas para o Próximo Exercício

De acordo com as projeções para o próximo ano para a economia portuguesa, prevê-se que a atividade económica continue a recuperar e que se verifique um ligeiro aumento dos proveitos com base no orçamento estipulado. À semelhança dos anos anteriores, prevê-se um aumento das exportações de serviços para a União Europeia, nomeadamente para o Reino Unido.

## Proposta de Aplicação de Resultados

A gerência propõe que sejam aprovadas as contas relativas ao exercício fiscal de 2014 e, propõe também, que o resultado líquido do período de 2.517.382 Euros seja aplicado da seguinte forma:

- 2.517.382 Euros - Resultados transitados

Lisboa, 30 de setembro de 2015

A Gerência

*Am*  
*Am*

## Balanço – Ativo

ATIVO	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
<b>ATIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Ativos fixos tangíveis	5	433.160	435.352
Outros ativos financeiros	4	18.760	18.760
Ativos por impostos diferidos	8	-	78.999
Total do ativo não corrente		451.920	533.111
<b>ATIVO CORRENTE:</b>			
Clientes	7	2.422.712	1.993.485
Estado e outros entes públicos	14	16.632	134.349
Acionistas / sócios	9	3.505.232	1.163.252
Outras contas a receber	10	1.163.358	631.281
Diferimentos	11	78.213	41.726
Caixa e depósitos bancários	4	152.790	189.975
Total do ativo corrente		7.338.936	4.154.067
<b>Total do ativo</b>		7.790.856	4.687.178

## Balanço – Passivo e Capital Próprio

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital realizado	12	100.000	100.000
Prémios de emissão	12	778.937	778.937
Reservas legais	12	20.000	20.000
Resultados transitados		1.815.037	2.250.510
		<u>2.713.975</u>	<u>3.149.447</u>
Resultado líquido do exercício		2.517.382	(435.473)
<b>Total do capital próprio</b>		<u>5.231.357</u>	<u>2.713.974</u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Diferimentos		20.224	26.965
<b>Total do passivo não corrente</b>		<u>20.224</u>	<u>26.965</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Fornecedores	13	484.520	628.952
Estado e outros entes públicos	14	897.559	356.018
Outras contas a pagar	15	1.157.197	938.637
Financiamentos	4	-	22.632
<b>Total do passivo corrente</b>		<u>2.539.275</u>	<u>1.946.239</u>
<b>Total do passivo</b>		<u>2.559.499</u>	<u>1.973.204</u>
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>		<u>7.790.856</u>	<u>4.687.178</u>

## Demonstração dos Resultados por Naturezas

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	30 junho 2015	30 junho 2014
Vendas e serviços prestados	16	10.367.198	7.806.031
Fornecimentos e serviços externos	17	(2.209.736)	(2.582.181)
Gastos com o pessoal	18	(4.882.278)	(5.253.940)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas) / reversões)	7	5.818	12.106
Outros rendimentos e ganhos	20	151.000	6.897
Outros gastos e perdas	20	(115.396)	(74.315)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>3.316.607</b>	<b>(85.403)</b>
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	5 e 19	(182.868)	(147.158)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)	5	142.431	(142.431)
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>3.276.170</b>	<b>(374.992)</b>
Juros e proveitos similares obtidos	21	545	520
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3.276.715</b>	<b>(374.472)</b>
Imposto sobre o rendimento do exercício			
- Imposto corrente	8	(680.334)	(140.000)
- Imposto diferido	8	(78.999)	78.999
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>2.517.382</b>	<b>(435.473)</b>

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio

	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio
<b>Saldo em 30 de junho de 2013</b>	100.000	778.937	20.000	1.360.045	890.465	3.149.447
<b>Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2013:</b>						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	890.465	(890.465)	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	(435.473)	(435.473)
<b>Saldo em 30 de junho de 2014</b>	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>2.250.510</u>	<u>(435.473)</u>	<u>2.713.974</u>
<b>Aplicação do resultado líquido de 30 de junho de 2014:</b>						
Transferência para resultados transitados	-	-	-	(435.473)	435.473	-
<b>Resultado líquido do exercício</b>	-	-	-	-	2.517.382	2.517.382
<b>Saldo em 30 de junho de 2015</b>	<u>100.000</u>	<u>778.937</u>	<u>20.000</u>	<u>1.815.037</u>	<u>2.517.382</u>	<u>5.231.357</u>

## Demonstração de Fluxos de Caixa

	30 junho 2015	30 junho 2014
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes	9.403.044	9.093.047
Pagamentos a fornecedores	(2.397.268)	(2.694.308)
Pagamentos ao pessoal	(4.652.471)	(5.393.201)
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>2.353.304</b>	<b>1.005.538</b>
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	(55.059)	(539.220)
Outros recebimentos / pagamentos	209.369	(40.603)
	<hr/>	<hr/>
<b>Fluxos das atividades operacionais [1]</b>	<b>2.507.614</b>	<b>425.716</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Ativos fixos tangíveis	(180.675)	(390.872)
Empréstimos concedidos a acionistas	(2.341.980)	(34.263)
Outros ativos financeiros	-	(18.760)
	<hr/>	<hr/>
	(2.522.655)	(443.895)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	545	520
Dividendos	-	-
	<hr/>	<hr/>
	545	520
<b>Fluxos das atividades de investimento [2]</b>	<b>(2.522.110)</b>	<b>(443.375)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Juros e gastos similares	(57)	(981)
Outras operações de financiamento	-	-
	<hr/>	<hr/>
	(57)	(981)
<b>Fluxos das atividades de financiamento [3]</b>	<b>(57)</b>	<b>(981)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>(14.553)</b>	<b>(18.640)</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>167.343</b>	<b>185.983</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>152.790</b>	<b>167.343</b>

## Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados

### 1. Nota introdutória

A Towers Watson (Portugal), Unipessoal Limitada ("Towers Watson" ou "Sociedade") é uma sociedade por quotas, constituída em 1 de julho de 2009 através da entrada em espécie de ativos e passivos da ex-Sucursal da Watson Wyatt International Limited – Sucursal em Portugal ("Ex-Sucursal") e tem a sua sede social na Avenida da Liberdade, n.º 245 – 4º B em Lisboa. A Sociedade tem como atividade principal a consultoria especializada na área da gestão financeira, das pessoas e do risco.

Desde a sua constituição, a Sociedade adota como exercício económico o período de doze meses findo em 30 de junho de cada ano.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (arredondados para a unidade) e foram aprovadas pela Gerência em 30 de setembro de 2015.

A Gerência entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e os seus fluxos de caixa.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, as normas contabilísticas e de relato financeiro e as normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 30 de junho de 2015, espelhadas nos avisos n.º 15652/2009, 15653/2009 e 15655/2009, de 27 de agosto de 2009, as quais no seu conjunto constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

A adoção das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) ocorreu pela primeira vez no exercício de 2011, pelo que a data de transição do Plano Oficial de Contabilidade (POC) para este normativo ocorreu a 1 de julho de 2010, tal como estabelecido pela NCRF 3 – Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos mantidos pela Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

### 3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os mesmos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida pela Gerência, deduzido de amortizações e perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 10
Equipamento administrativo	8

As obras efetuadas em edifícios arrendados são amortizadas durante o período de vigência do respetivo contrato de arrendamento (em média 5 anos).

As vidas úteis e o método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados do exercício.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no exercício em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido, ou a receber, na transação e a quantia escriturada do ativo, sendo reconhecido em resultados no exercício em que ocorre a alienação.

### 3.3 Ativos e passivos financeiros

De acordo com a NCRF 27 – Instrumentos Financeiros, a Sociedade reconhece um ativo ou um passivo financeiro apenas quando se torna parte das disposições contratuais do respetivo instrumento. Todos os ativos e passivos financeiros são mensurados em cada data de relato ao custo ou ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade, quando aplicável.

Os principais ativos e passivos financeiros identificáveis são:

i) Caixa e depósitos bancários

A rubrica caixa e depósitos bancários inclui caixa e depósitos bancários com maturidade inferior a 3 meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

ii) Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outras contas a receber são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Habitualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.



O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é calculada através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

### iii) Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e de outras contas a pagar são registados ao custo amortizado. Habitualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

#### Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros detidos pela Sociedade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber" da demonstração dos resultados do exercício em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição puder ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Imparidade de dívidas a receber".

As contas a receber individualmente significativas são avaliadas individualmente para efeitos de imparidade.

#### Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

O desreconhecimento de ativos financeiros ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do ativo financeiro expiram ou a Sociedade transfere para outra entidade todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o mesmo. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando se extingue a obrigação estabelecida no contrato ou quando a mesma é liquidada, cancelada ou expirada.

## 3.4 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transfiram substancialmente todos os riscos e recompensas associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é efetuada em função da substância e não da forma dos contratos.

Os encargos com locações operacionais são reconhecidos na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos" como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.5 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

### 3.6 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são também registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existam expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de tributação das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

### 3.7 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do exercício em que são geradas.

### 3.8 Provisões

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registado consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.9 Benefícios pós-emprego

#### Planos de contribuição definida

As contribuições da Sociedade para planos de benefícios pós-emprego de contribuição definida são reconhecidas como gasto no exercício a que respeitam, ou seja, quando os colaboradores abrangidos pelo plano prestaram os serviços que lhes conferem o direito à contribuição da Sociedade.

### 3.10 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos nas rubricas "Diferimentos".

### 3.11 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.



### 3.12 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor críticos identificados, bem como as principais fontes de incerteza, prendem-se com o apuramento da imparidade para clientes e o reconhecimento da receita em projetos de consultoria em curso.

## 4. Fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 30 de junho de 2015 e 2014 detalham-se conforme segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Numerário	500	463
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	152.290	189.512
	<u>152.790</u>	<u>189.975</u>
Descobertos bancários	-	(22.632)
	<u>152.790</u>	<u>167.343</u>

Por outro lado, em 30 de junho de 2010, a Sociedade constituiu um depósito bancário (colateral) no montante de 15.000 Euros como condição específica de acesso à categoria de corretor de seguros nos termos do artigo 19º n.º 1 alínea d) e do artigo 42º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 144/2006 de 31 de julho. O referido montante foi atualizado para 18.760 Euros em dezembro de 2013, de acordo com a alínea b) do n.º 4 da Circular n.º 4/2013, de 20 de agosto, emitida pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. Aquele montante não se encontra disponível para uso imediato por parte da Sociedade, pelo que se encontra registado na rubrica "Ativo não corrente – Outros ativos financeiros".

## 5. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

30 de junho de 2015				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	709.319	337.779	11.350	1.058.448
Aquisições	65.638	5.796	-	71.434
Abates	(179.169)	-	-	(179.169)
Outras variações	6.536	-	-	6.536
Saldo final	602.324	343.575	11.350	957.249
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo inicial	440.892	176.806	5.398	623.096
Amortizações do exercício	157.346	25.522	-	182.868
Transferências	(93)	93	-	-
Imparidade para ativos fixos abandonados	(142.431)	-	-	(142.431)
Abates	(139.444)	-	-	(139.444)
Saldo final	316.270	202.421	5.398	524.089
<b>Ativos líquidos</b>	<b>286.054</b>	<b>141.154</b>	<b>5.952</b>	<b>433.160</b>

30 de junho de 2014				
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
<b>Ativos</b>				
Saldo inicial	430.860	435.467	11.350	877.677
Aquisições	278.460	120.315	-	398.775
Abates	-	(218.004)	-	(218.004)
Saldo final	709.319	337.779	11.350	1.058.448
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>				
Saldo inicial	219.465	322.403	5.398	547.266
Amortizações do exercício	78.997	68.161	-	147.158
Imparidade para ativos fixos abandonados	142.431	-	-	142.431
Abates	-	(207.145)	-	(207.145)
Outras variações	-	(6.613)	-	(6.613)
Saldo final	440.892	176.806	5.398	623.096
<b>Ativos líquidos</b>	<b>268.427</b>	<b>160.973</b>	<b>5.952</b>	<b>435.352</b>

Em 30 de junho de 2015, a rubrica “Edifícios e outras construções” inclui, essencialmente, obras realizadas em exercícios anteriores no edifício onde a Sociedade tem instalado os seus escritórios e onde desenvolve a sua atividade. Os espaços utilizados pela Sociedade (dois) encontram-se abrangidos por dois contratos de arrendamento, os quais foram renegociados durante o exercício anterior, com uma duração de 56 e 54 meses, renováveis automaticamente por períodos de três anos.

No seguimento da não renovação no exercício terminado em 30 de junho de 2014 do contrato de arrendamento de um dos espaços que utilizava, a Sociedade procedeu ao abate de parte dos equipamentos associados àquele espaço. Em 30 de junho de 2014, o montante registado na rubrica “Imparidade para ativos fixos abandonados” correspondia à estimativa da Sociedade do valor líquido das obras que se encontravam alocadas ao espaço acima referido. Em 30 de junho de 2015, o referido montante foi revertido aquando do apuramento definitivo do abate (Nota 20).

Na sequência da reformulação dos escritórios da Sociedade ocorrida no exercício anterior, em 30 de junho de 2014 a rubrica “Equipamento administrativo” incluía aquisições de novos equipamentos.

Os ativos fixos tangíveis são amortizados de acordo com o método das quotas constantes e em conformidade com as vidas úteis estimadas mencionadas na Nota 3.2.

As amortizações do exercício findo em 30 de junho de 2015, no montante de 182.868 Euros (147.158 Euros em 30 de junho de 2014), foram registadas na rubrica “(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização”.

## 6. Locações

### Locações operacionais

Em 30 de junho de 2015, a Sociedade é locatária em contratos de locação operacional relacionados com escritórios e com viaturas, os quais se encontram denominados em Euros.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 30 de junho de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

#### Locatário

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	30-06-2015	30-06-2014
Até 1 ano	368.718	358.255
Entre 1 ano e 5 anos	691.706	888.283
A mais de 5 anos	-	-
	<u>1.060.424</u>	<u>1.246.537</u>

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	30-06-2015	30-06-2014
Pagamentos mínimos	369.744	374.846
Acerto de linearização	-	-
	<u>369.744</u>	<u>374.846</u>
Rendas contingentes	-	-
Pagamentos de sublocação	-	-
	<u>369.744</u>	<u>374.846</u>

## 7. Clientes

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica "Clientes" apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Clientes gerais	375.255	427.946
Clientes - empresas relacionadas	2.052.769	1.576.670
	<u>2.428.024</u>	<u>2.004.616</u>
Imparidade para clientes	(5.312)	(11.131)
	<u>2.422.712</u>	<u>1.993.485</u>

Em 30 de junho de 2015, a rubrica "Clientes" apresentava saldos com antiguidade superior a 6 meses no montante de 6.099 Euros. Os restantes saldos têm antiguidade inferior a 6 meses.

A reversão líquida de imparidade ocorrida em 30 de junho de 2015 e 2014, nos montantes de 5.818 Euros e 12.106 Euros, respetivamente, foi registada na rubrica da demonstração dos resultados "Perdas por imparidade em dívidas a receber - Clientes".

## 8. Impostos sobre o rendimento

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a Sociedade esteve sujeita a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% e 25%, respetivamente. A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios podem deliberar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Esta disposição implicou que a taxa fiscal utilizada nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 no apuramento de impostos fosse de 24,5% e 26,5%, respetivamente.

Adicionalmente, no exercício findo em 30 de junho de 2015, o lucro tributável esteve sujeito a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do CIRC, aplicável ao montante de lucro tributável da seguinte forma: a) de mais de 1.500.000 Euros até 7.500.000 Euros aplica-se a taxa de 3%, b) de mais de 7.500.000 Euros até 35.000.000 Euros aplica-se a taxa de 5% e superior a 35.000.000 Euros aplica-se a taxa de 7% (em 30 de junho de 2014 a taxa foi de 5% aplicável a lucro tributável superior a 7.500.000 Euros).

Na sequência da publicação da Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro, os encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros passaram a estar sujeitos a tributação autónoma a diferentes taxas, consoante o respetivo custo de aquisição das viaturas a que respeitam. Assim, todas as despesas suportadas com viaturas, cujo custo de aquisição seja inferior a 25.000 Euros são tributadas autonomamente à taxa de 10%. Por outro lado, aos encargos efetuados ou suportados com viaturas ligeiras de passageiros cujo valor de aquisição seja igual ou superior a 25.000 Euros e inferior a 35.000 Euros será aplicada uma taxa de tributação de 27,5%. As viaturas com um custo de aquisição igual ou superior a 35.000 Euros, a taxa a aplicar será de 35%. No que respeita às despesas de representação, as mesmas são tributadas autonomamente à taxa de 10%.

Em 30 de junho de 2015, a legislação fiscal em vigor prevê que para os prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2008 e 2009, o prazo de reporte é de seis anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2010 e 2011 é de quatro anos, para os prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013 é de cinco anos e para os prejuízos fiscais gerados em ou após 1 de janeiro de 2014 é de doze anos. Adicionalmente, com a publicação da Reforma do IRC (Lei n.º 2/2014, de 16 de janeiro), a dedução em cada exercício dos prejuízos fiscais reportáveis passou a estar limitada a 70% do lucro tributável apurado nesse exercício.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Gerência da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 30 de junho de 2015 e 2014.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o imposto sobre o rendimento do exercício foi apurado como segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Imposto corrente estimado (Nota 14)	(680.334)	(140.000)
Imposto diferido relacionado com prejuízos fiscais reportáveis	(78.999)	78.999
	<u>(759.333)</u>	<u>(61.001)</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) registado nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é como segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Resultado antes de impostos	3.276.715	(374.472)
Taxa de IRC aplicável	25,93%	26,50%
Imposto esperado	<u>849.528</u>	<u>(99.235)</u>
Diferenças permanentes:		
Benefícios fiscais	(137.019)	(46.213)
Imparidade não aceite fiscalmente	(25.163)	37.744
Correções relativas a exercícios anteriores	-	25.838
Outros	710	2.867
Tributação autónoma	71.277	140.000
Imposto registado	<u>759.333</u>	<u>61.001</u>
Taxa efetiva	23,17%	-16,29%

Em face da aplicação da Lei n.º 49/2013, de 16 de julho, a Sociedade apurou um benefício fiscal por dedução à coleta, no montante de 80.635 Euros, respeitante ao Crédito Fiscal Extraordinário ao Investimento ("CFEI"), correspondente a 20% do montante de despesas elegíveis de investimento em ativos afetos à exploração, no período compreendido entre 1 de junho e 31 de dezembro de 2013.

No exercício findo em 30 de junho de 2014, a Sociedade procedeu ao registo de 78.999 Euros de ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, os quais foram integralmente utilizados no exercício findo em 30 de junho de 2015.



## 9. Acionistas/Sócios

Em 30 de junho de 2015 e 2014, esta rubrica incluía os montantes de 3.505.232 Euros e 1.163.252 Euros, respetivamente, correspondentes a empréstimos de curto prazo concedidos à casa mãe num sistema de cash pooling. Em 30 de junho de 2015 e 2014, o empréstimo concedido à casa-mãe vencia juros mensais a uma taxa de 0,01% e tinha a sua data de vencimento prevista no dia 1 de julho de 2015 e 2014, respetivamente.

## 10. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Acréscimo de rendimentos	1.162.871	628.064
Outros	487	3.217
	<u>1.163.358</u>	<u>631.281</u>

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Acréscimo de rendimentos” incluía, essencialmente, a especialização de rendimentos associados aos projetos de consultoria em curso desenvolvidos pela Sociedade naquelas datas, líquidos de adiantamentos recebidos de clientes.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica acima referida incluía um montante de, aproximadamente, 1.116.939 Euros e 665.000 Euros, respetivamente, relativo à especialização de rendimentos associados a projetos de consultoria em curso prestados a entidades relacionadas, cuja faturação ocorreu em setembro de 2015 (Nota 22).

## 11. Diferimentos ativos

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Gastos a reconhecer:		
Serviços especializados	6.660	6.660
Rendas	40.320	11.723
Seguros	19.646	15.534
Deslocações e estadas	770	4.203
Formação	747	-
Outros serviços	-	160
Outros gastos com pessoal	10.070	3.446
	<u>78.213</u>	<u>41.726</u>

## 12. Instrumentos de capital próprio

### Capital social

Em 30 de junho de 2015 e 2014, o capital social da Sociedade era composto por uma quota de 100.000 Euros detida na totalidade pela Watson Wyatt International Limited, sociedade com sede no Reino Unido.



### Prémios de emissão

Em 30 de junho de 2015 e 2014, os prémios de emissão ascendem a 778.937 Euros e tiveram a sua origem no aumento de capital por entradas em espécie realizado em agosto de 2009. Este montante não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizado para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporado no capital.

### Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Sociedade, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a reserva legal ascendia a 20.000 Euros, perfazendo os 20% mínimos exigidos legalmente.

### Aplicação de resultados

Conforme deliberado em reunião de Assembleia Geral realizada em 10 de outubro de 2014, o resultado líquido negativo relativo ao exercício findo em 30 de junho de 2014, no montante de 435.473 Euros, foi transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

## 13. Passivos financeiros

### Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica de “Fornecedores” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	<u>484.520</u>	<u>628.952</u>

## 14. Estado e outros entes públicos

Em 30 de junho de 2015 e 2014, as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>		<u>30-06-2014</u>	
	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas				
Pagamentos por conta	16.550	-	133.490	-
Estimativa de imposto (Nota 8)	-	680.334	-	140.000
Retenções na fonte	82	-	859	-
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	-	80.532	-	68.590
Imposto sobre o valor acrescentado	-	38.381	-	56.991
Contribuições para a Segurança Social	-	98.313	-	90.437
	<u>16.632</u>	<u>897.559</u>	<u>134.349</u>	<u>356.018</u>

Am  
f  
e

No exercício findo em 30 de junho de 2015, os montantes incluídos nas rubricas Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e Contribuições para a Segurança Social referem-se ao mês de junho de 2015, sendo o Imposto sobre o Valor Acrescentado referente aos meses de maio e junho de 2015.

## 15. Outras contas a pagar

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Outras contas pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
<b>Acréscimo de gastos com o pessoal:</b>		
. Bónus	522.350	331.821
. Férias e subsídio de férias	302.000	283.500
. Subsídio de natal	74.500	71.500
. Segurança Social	89.000	84.341
Outros acréscimos de gastos	<u>169.347</u>	<u>167.475</u>
	<u>1.157.197</u>	<u>938.637</u>

## 16. Vendas e serviços prestados

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, as vendas e os serviços prestados podem ser detalhados da seguinte forma:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Prestações de serviços	10.112.346	7.538.749
Comissões da atividade de mediação de seguros	254.852	267.282
	<u>10.367.198</u>	<u>7.806.031</u>

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a distribuição das vendas e dos serviços prestados por mercado geográfico pode ser detalhada da seguinte forma:

### Mercado Geográfico

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Interno	2.307.853	2.113.606
Comunitário	7.791.132	5.485.086
Extra-comunitário	<u>268.213</u>	<u>207.338</u>
	<u>10.367.198</u>	<u>7.806.031</u>



## 17. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Trabalhos especializados	1.336.670	1.618.750
Rendas e alugueres	459.091	468.808
Seguros	114.819	103.405
Deslocações e estadas	98.878	113.728
Honorários	36.693	21.453
Comunicação	36.408	89.180
Eletricidade	26.883	23.024
Outros serviços	24.659	24.993
Despesas de representação	22.773	46.391
Limpeza, higiene e conforto	15.361	14.564
Publicidade, marketing e propaganda	12.641	5.879
Material de escritório	11.981	9.843
Conservação e reparação	9.106	6.089
Outros - serviços bancários	2.090	2.126
Livros e documentação técnica	854	821
Artigos para oferta	829	500
Vigilância e segurança	-	19.062
Subcontratos	-	13.565
	<u>2.209.736</u>	<u>2.582.181</u>

No exercício findo em 30 de junho de 2015, a rubrica “Trabalhos especializados” diminuiu, estando esta diminuição relacionada com o débito de despesas relativas aos expatriados e aos honorários debitados pela casa mãe, que no último ano diminuiu devido ao decréscimo do número de expatriados.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica “Rendas e alugueres” inclui, essencialmente, gastos com rendas de escritórios, viaturas e equipamentos, sendo a sua principal componente as rendas de escritórios (250.705 Euros em 2015 e 256.012 Euros em 2014).

No exercício findo em 30 de junho de 2015, a rubrica “Deslocações e estadas” apresentou uma diminuição face ao ano anterior, justificada essencialmente pelo controlo do número de viagens ao estrangeiro e de custos. No caso da rubrica “Despesas de representação” ocorreu também uma diminuição justificada pelo decréscimo de reuniões e deslocações a clientes.

## 18. Gastos com o pessoal

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é detalhada conforme se segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Remunerações do pessoal	3.654.582	4.221.766
Benefícios pós-emprego:		
Contribuição definida	109.748	92.189
Encargos sobre remunerações	942.025	689.595
Outros	175.922	250.390
	<u>4.882.278</u>	<u>5.253.940</u>

Em 30 de junho de 2015, a rubrica "Remunerações do pessoal" inclui não só os salários dos colaboradores locais como também os custos relacionados com os expatriados. A diminuição ocorrida neste exercício justifica-se essencialmente com a transferência de alguns expatriados para o Reino Unido e a reclassificações para a rubrica "Encargos sobre remunerações".

Em 30 de junho de 2015 e 2014, a rubrica "Outros" inclui, essencialmente, outros encargos suportados com colaboradores expatriados, seguros e formação.

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, o número médio de colaboradores ao serviço da Sociedade ascendia a 94 e 86, respetivamente.

## 19. Amortizações

A composição da rubrica de "(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é conforme se segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Ativos fixos tangíveis	<u>182.868</u>	<u>147.158</u>

## 20. Outros gastos e perdas e outros rendimentos e ganhos

A composição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 é como segue:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	39.726	-
Diferenças de câmbio desfavoráveis	17.607	40.303
Impostos	400	(1.865)
Outros	<u>57.663</u>	<u>35.877</u>
	<u>115.396</u>	<u>74.315</u>

Em 30 de junho de 2015 o saldo da rubrica "Gastos e perdas em investimentos não financeiros" refere-se ao gasto suportado pela Sociedade com o abate dos equipamentos associados ao espaço para o qual não foi renovado o contrato de arrendamento (Nota 5).

Relativamente à rubrica "Outros rendimentos e ganhos", o valor diz respeito a uma indemnização recebida em novembro 2014.

## 21. Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 são detalhados conforme se segue:

	30-06-2015		30-06-2014	
Juros obtidos				
Depósitos em instituições de crédito	320		435	
Outros	225	545	85	520
		<u>545</u>		<u>520</u>

## 22. Partes relacionadas

### 22.1 Identificação de partes relacionadas

A Sociedade é detida a 100% pela entidade Watson Wyatt International Limited com sede no Reino Unido, sendo as suas demonstrações financeiras consolidadas naquela entidade.

### 22.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, as remunerações do pessoal chave da gestão, que incluem apenas os membros dos órgãos sociais da Sociedade, ascenderam a 644.199 Euros e 687.801 Euros, respetivamente.

### 22.3 Saldos e transações com partes relacionadas

As transações e os saldos mantidos com partes relacionadas nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram como seguem:

	30-06-2015	30-06-2014
	<u>Serviços prestados</u>	<u>Serviços prestados</u>
Towers Watson (Ireland) Limited	-16.684	78.850
Towers Watson AG	37.411	18.430
Towers Watson Australia PTY Ltd.	0	569
Towers Watson Canada Inc	2.354	0
Towers Watson de España SA	36.580	35.384
Towers Watson Delaware Inc.	204.376	85.989
Towers Watson Global Business Services	-577	0
Towers Watson GmbH	1.101	8.863
Towers Watson Italia Srl	21.125	12.987
Towers Watson Limited	7.377.514	5.167.042
Towers Watson Ltd Zweigniederlassung Frankfurt am Main	19.785	13.595
Towers Watson Netherlands BV	23.971	33.029
Towers Watson NV	26.316	11.472
Towers Watson Pennsylvania Inc.	-282	4.603
Towers Watson SARL	52.728	64.978
Towers Watson Versicherungsservice GmbH	-2.557	0
	<u>7.783.161</u>	<u>5.535.791</u>

	30-06-2015	30-06-2014
	<u>Serviços obtidos</u>	<u>Serviços obtidos</u>
Towers Perrin Capital Corp	199.680	158.665
Towers Watson AG	63.575	63.007
Towers Watson Asia Pacific Shared Services Center	14.475	0
Towers Watson de España SA	37.988	90.938
Towers Watson Delaware Inc.	121.929	137.762
Towers Watson Limited	322.006	519.845
Towers Watson Pennsylvania Inc	30.201	80.188
	<u>789.855</u>	<u>1.050.404</u>

	30-06-2015			30-06-2014		
	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>	<u>Outras contas a receber</u>	<u>Acréscimos de rendimento</u>	<u>Acionistas / Sócios</u>
Towers Watson (Ireland) Limited	-	-	-	11.334	9.019	-
Towers Watson AG	478	-	-	(26)	-	-
Towers Watson de España SA	1.307	-	-	2.680	-	-
Towers Watson Delaware Inc.	6.847	-	-	2.721	-	-
Towers Watson Italia Srl	-	-	-	2.240	-	-
Towers Watson Limited	2.038.709	1.116.939	3.505.232	1.554.076	656.329	1.163.252
Towers Watson Ltd. Zweigniederlassung Frankfurt am Main	504	-	-	-	-	-
Towers Watson Netherlands BV	971	-	-	(1.344)	-	-
Towers Watson NV	2.445	-	-	4.988	-	-
Towers Watson SARL	1.508	-	-	-	-	-
	<u>2.052.769</u>	<u>1.116.939</u>	<u>3.505.232</u>	<u>1.576.670</u>	<u>665.348</u>	<u>1.163.252</u>

## 23. Divulgações exigidas por diplomas legais

Os honorários totais faturados e a faturar pelo Revisor Oficial de Contas para efeitos de emissão da Certificação Legal das Contas do exercício findo em 30 de junho de 2015 ascendem a 19.168 Euros.

## 24. Informações exigidas por diplomas legais

### Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros

Nos termos do n.º 1 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, as demonstrações financeiras devem incluir a seguinte informação, desagregada por alínea respetiva do artigo supra referido:

#### a) Descrição das políticas contabilísticas adotadas para reconhecimento das remunerações

A Sociedade reconhece os rendimentos relacionados com a prestação de serviços de corretagem de seguros (comissões) na data de início das apólices mediadas. Desta forma, a Sociedade considera que, como agente intermediário, a prestação de serviço termina nessa data, não existindo assim lugar a qualquer reconhecimento de rendimento ou gasto posterior a essa data.

b) Total das remunerações recebidas desagregadas por natureza e tipo

As remunerações recebidas pela Sociedade durante os exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 foram integralmente recebidas em numerário e apresentavam a seguinte tipologia:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Comissões	51.708	87.435
Honorários	<u>203.143</u>	<u>179.846</u>
	<u>254.852</u>	<u>267.282</u>

c) Total de remunerações relativas aos contratos de seguro intermediados desagregados por ramo e por origem

As remunerações recebidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 apresentam a seguinte composição:

i. Por ramo:

30 junho 2015

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
137.225	87.816	29.811	100,00%	-	-

30 junho 2014

Atividade de mediação de seguros					
Remunerações				Transferências de valores	
Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
95.438	126.731	45.112	100,00%	-	-

ii. Por origem:

	<u>30-06-2015</u>	<u>30-06-2014</u>
Empresas de seguros	54.788	88.975
Outros mediadores	0	10.410
Clientes	<u>200.063</u>	<u>167.897</u>
	<u>254.852</u>	<u>267.282</u>



d) Níveis de concentração

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, não se verificaram níveis de concentração ao nível de empresas de seguros, outros mediadores e clientes, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Sociedade.

e) Valores das contas de clientes

A Sociedade não dispõe de poderes para movimentar fundos relativos aos contratos de seguros, como tal não existe movimentação a divulgar.

f) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por origem/entidade

Em 30 de junho de 2015 e 2014, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por entidade	30-06-2015		30-06-2014	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
<b>Total</b>	<b>41.534</b>	<b>0</b>	<b>61.432</b>	<b>0</b>
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Empresas de seguros	0	0	0	0
Outros	41.534	0	61.432	0

g) Valores das contas a receber e a pagar desagregadas por natureza

Em 30 de junho de 2015 e 2014, existiam valores a receber associados à atividade de mediação de seguros conforme se segue:

Por natureza	30-06-2015		30-06-2014	
	Contas a receber	Contas a pagar	Contas a receber	Contas a pagar
<b>Total</b>	<b>41.534</b>	<b>0</b>	<b>61.432</b>	<b>0</b>
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de seguros para pagamento de prémios de seguro	0	0	0	0
Fundos que lhe foram confiados pelas empresas de seguros com vista a serem transferidos para tomadores de seguro, segurados ou beneficiários	0	0	0	0
Remunerações respeitantes a prémios de seguro já cobrados e por cobrar	0	0	0	0
Outras quantias	41.534	0	61.432	0

h) Antiguidade e classificação dos valores a receber

Em 30 de junho de 2015 e 2014, todos os valores a receber associados à atividade de mediação de seguros estavam vencidos há menos de 90 dias, não havendo registo de imparidade para os mesmos, uma vez que a mesma só seria calculada após essa data.

i) Descrição de obrigações contingentes

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não existiam obrigações contingentes.

j) Transmissões de carteiras de seguros

Em 30 de junho de 2015 e 2014, não houve transmissões de carteiras de seguros.

Nos termos do n.º 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R do Instituto de Seguros de Portugal, de 30 de dezembro, a Sociedade, enquanto corretor de seguros, deve ainda divulgar a seguinte informação:

a) Empresas de seguros cujas remunerações pagas à Sociedade representem pelo menos 5% do total das remunerações auferidas

As remunerações relativas a comissões auferidas pela Sociedade nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014 apresentam a seguinte composição:

30 junho 2015

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	137.225	87.816	29.811	100,00%	-	-
1021		54.788		21,50%		
3820	47.648			18,70%		
3817	41.659			16,35%		
3814	28.259			11,09%		
1093	19.659			7,71%		
1011		18.122		7,11%		
1028		14.906		5,85%		
4322			14.906	5,85%		
1011			14.906	5,85%		

30 junho 2014

Código da Entidade	Atividade de mediação de seguros					
	Remunerações				Transferências de valores	
	Fundos de Pensões	Ramo Vida	Ramos Não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
	95.438	126.731	45.112	100,00%	-	-
1021		56.356		21,08%		
3820	40.266			15,06%		
1011		16.453	21.786	14,31%		
1096		32.619		12,20%		
4322			21.786	8,15%		
3814	19.191			7,18%		
3817	17.991			6,73%		
1093	17.991			6,73%		
outras		21.303	1.540	8,55%		

*ra*  
*e*

- b) Valor total de fundos recebidos com vista a serem transferidos para empresas de seguros que não tenham outorgado à Sociedade poderes para o recebimento em seu nome

Nos exercícios findos em 30 de junho de 2015 e 2014, a Sociedade não recebeu fundos com as características mencionadas acima.

A Gerência:

*da Luanda Van*  
*F. F. F. F. F.*

O Técnico Oficial de Contas:

*Felma Talagão*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em Euros)

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Lda. ("Sociedade"), as quais compreendem o Balanço em 30 de junho de 2015 que evidencia um total de 7.790.856 euros e um capital próprio de 5.231.357 euros, incluindo um resultado líquido de 2.517.382 euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Gerência, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Towers Watson (Portugal) Unipessoal Lda. em 30 de junho de 2015, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

## Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício findo em 30 de junho de 2015.

Lisboa, 8 de outubro de 2015



---

Deloitte & Associados, SROC, S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira